



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IMPRENSA

PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APROVAÇÃO DE LEGISLAÇÃO NACIONAL RELATIVA AO REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD)

A Associação Portuguesa de Imprensa ressalvando que

- *de acordo com o previsto no artigo 85º “os Estados-Membros conciliam por lei o direito à proteção de dados pessoais com o direito à liberdade de expressão e informação, incluindo o tratamento para fins jornalísticos”*
- *e sendo que neste sentido a Associação Portuguesa de Imprensa está a preparar um contributo específico em relação a esta matéria que será enviado ao grupo de trabalho com a maior brevidade possível.*

responde às questões da presente consulta pública que não estão no âmbito da referida atividade jornalística, considerando que as empresas editoras de publicações periódicas desenvolvem também atividades de âmbito não jornalístico e que, pela sua natureza, exigem o tratamento de dados pessoais que por elas são recolhidos.

O Regulamento Geral de Proteção de Dados (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, aprovado a 27 de abril de 2016, produz efeitos a 25 de maio de 2018 e visa assegurar em todos os Estados-Membros um nível equivalente de proteção dos cidadãos relativamente ao tratamento dos dados pessoais. Com base neste Regulamento, Estados-Membros, organismos públicos e particulares ficam vinculados ao cumprimento de obrigações relativas à proteção, ao tratamento e à circulação de dados pessoais.

No âmbito da sua aplicação, o Regulamento prevê uma larga margem de intervenção legislativa aos Estados-Membros. Atendendo a esta circunstância, dá-se início ao processo de consulta pública, a qual permitirá que, até ao próximo dia 30 de setembro, os cidadãos e entidades públicas e privadas expressem a sua opinião acerca de várias matérias respeitantes à adaptação da legislação portuguesa ao referido Regulamento.

Os temas que se submetem a consulta são os seguintes:

1. Tratamento de categorias especiais de dados pessoais - dados genéticos, biométricos e de saúde

Nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados, o consentimento do titular para o tratamento dos seus dados pessoais deve ser livre, específico, informado e esclarecido. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento, os dados genéticos, os dados biométricos e de saúde, estes últimos definidos como as informações relativas a todos os cuidados de saúde, prestados no passado, no presente e no futuro – são considerados dados pessoais.

O n.º 4 do artigo 9.º determina a possibilidade de os Estados-Membros estabelecerem requisitos específicos quanto ao tratamento desse tipo de dados.

Assim, sujeita-se a apreciação o seguinte:

- a) No tratamento de dados genéticos, biométricos ou de saúde justificam-se exigências acrescidas quanto ao tratamento desse tipo de dados?



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IMPRENSA

A API entende que as exigências decorrentes do Regulamento Geral são suficientes, adequadas e salvaguardam os direitos e interesses dos titulares dos dados, não se afigurando necessária a introdução de exigências adicionais.

b) Em caso afirmativo, quais os limites que devem ser estabelecidos quanto estão em causa esses dados? *Não aplicável.*

2. Tratamento de dados pessoais no contexto laboral

Ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 88.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, o direito interno dos Estados-Membros ou as convenções coletivas, incluindo “acordos setoriais” pode estabelecer regras específicas para o tratamento de dados pessoais dos trabalhadores no contexto laboral. Essas regras destinam-se a regular as condições de tratamento desses dados em situações de recrutamento, execução do contrato de trabalho, saúde e segurança, igualdade e diversidade, direitos e benefícios relacionados com o emprego e com os efeitos de cessação da relação de trabalho.

Os dados pessoais dos trabalhadores são ainda objeto de um regime específico de proteção sempre que se verifique a sua transmissão no quadro de um grupo de empresas para fins administrativos internos.

Assim, sujeita-se a apreciação o seguinte:

- a) Ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 88.º do RGPD, deve a legislação nacional estabelecer regimes específicos para garantir a defesa dos direitos e liberdades dos trabalhadores no que respeita à proteção de dados pessoais?

A API entende que o Regulamento já prevê um regime que garante a defesa dos direitos e liberdades dos trabalhadores no que respeita à proteção de dados pessoais. Sem prejuízo, caso o legislador nacional entenda relevante definir um regime específico, deverá garantir-se que tal regime permite conjugar os direitos dos trabalhadores com as diversas obrigações, de natureza legal, regulatória e contratual, que incidem sobre os empregadores, em especial no que se refere ao período de conservação pós-cessação da relação laboral.

b) Em caso afirmativo, quais as garantias que devem ser estabelecidas?

3. Direito de portabilidade de dados

O disposto no artigo 20.º do Regulamento Geral de Proteção de dados aplica-se aos casos de recolha ou de transferência de dados pessoais, a pedido do titular. Os dados pessoais devem ser transmitidos diretamente entre as entidades responsáveis pelo tratamento, sempre que seja tecnicamente possível. Neste âmbito, podem os Estados-Membros definir regras específicas que regulem a transferência de categorias especiais de dados pessoais entre entidades responsáveis pelo respetivo tratamento.

Assim, sujeita-se a apreciação o seguinte:

- a) Devem ser consagradas regras especiais que regulem a transferência de dados pessoais entre entidades que prestem serviços financeiros, bancários, seguros e de comunicações?



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IMPRENSA

Embora os associados da API não prestem nenhum destes serviços, esta entende que as exigências decorrentes do Regulamento Geral são suficientes, adequadas e salvaguardam os direitos e interesses dos titulares dos dados.

b) Em caso de resposta afirmativa, em que outras áreas ou setores de atividade devem ser estabelecidas exigências acrescidas para a transferência de dados? *Não aplicável.*

4. Condições aplicáveis ao consentimento de crianças em relação aos serviços da sociedade da informação

O Regulamento Geral de Proteção de Dados estabelece uma proteção especial quanto à recolha e tratamento de dados pessoais dos menores, em especial quando está em causa a utilização de serviços lhes são disponibilizados diretamente.

Nos termos do n.º1 do artigo 8.º do Regulamento só os menores com idade igual ou superior a 16 anos podem dar consentimento válido para o tratamento de dados pessoais relacionados com a oferta direta de serviços da sociedade de informação, tais como serviços online.

Contudo, o nº 2 do mesmo artigo prevê que os Estados-Membros estabeleçam uma idade inferior para esse consentimento, desde que seja salvaguardado o limite mínimo de 13 anos.

Assim, sujeita-se a apreciação o seguinte:

- a) Pode prever-se o consentimento para o tratamento de dados pessoais expresso por menor com idade inferior a 16 anos?

Embora as atividades desenvolvidas pelos associados da API não impliquem ou exijam o consentimento prestado por menores de 16 anos, entende-se que, em determinadas situações, o consentimento poderá ser prestado por menores de 16 anos, desde que devidamente esclarecidos e acompanhados no acto de recolha dos dados.

b) Em caso de resposta afirmativa, qual a idade indicada: 13, 14 ou 15 anos. *13 anos.*

5. Direito ao apagamento dos dados («direito a ser esquecido»)

O disposto no artigo 17.º do RGPD estabelece que o titular dos dados pessoais tem direito a obter do responsável do tratamento o apagamento dos seus dados sempre que estes deixem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento, se forem tratados ilicitamente ou quando aquele retire o consentimento ou se opuser ao seu tratamento.

O direito a ser esquecido assume particular importância no ambiente por via eletrónica, garantindo o Regulamento a supressão de quaisquer ligações para esses dados pessoais e cópias ou reproduções dos mesmos, bem como nas situações de tratamento automatizado de dados, incluindo a definição de perfis, na medida em que estes estejam relacionados com interesses de comércio.

Neste contexto, os Estados- Membros podem estabelecer regras específicas que salvaguardem as garantias dos titulares dos dados.

Assim, sujeita-se a apreciação o seguinte:



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IMPRENSA

- a) Deve o direito ao apagamento dos dados (direito a ser esquecido) ser garantido de forma reforçada em relação ao disposto no artigo 17.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados?

A API entende que as exigências e obrigações decorrentes do Regulamento Geral são suficientes, adequadas e salvaguardam os direitos e interesses dos titulares dos dados, não se afigurando necessário, ou recomendável, um reforço deste direito. Sublinhamos também que, no que diz respeito a este sector, o exercício de liberdade de informação e expressão está excluído.

- b) Em caso de resposta afirmativa, quais os setores em que se justifica o reforço dessa garantia?

6. Decisões individuais automatizadas, incluindo definição de perfis

O disposto no artigo 22.º do RGPD determina que o titular dos dados pessoais não deve ficar sujeito a nenhuma decisão que se baseie exclusivamente no tratamento automatizado desse tipo de dados. Esse tratamento inclui a definição de perfis relativos a aspetos pessoais, resultantes dessa avaliação automatizada.

Neste âmbito, o Regulamento prevê a adoção pelos Estados-Membros de regras específicas, devendo as legislações nacionais salvaguardar os direitos, liberdades e os legítimos interesses dos titulares dos dados.

Assim, sujeita-se a apreciação o seguinte:

- a) Além das exceções previstas no n.º 2 do artigo 22.º do Regulamento Geral da Proteção de Dados devem existir outras exceções relativas ao tratamento automatizado (designadamente através de algoritmos) de dados pessoais?

A API entende que importa prever, enquanto exceção, todos os casos em que o consentimento poderá ser, pela sua natureza, obtido de forma não explícita e/ou verbal, bem como todos os casos em que seja necessário garantir o exercício dos direitos de liberdade de informação.

- b) Em caso de resposta afirmativa, em que situações se justificam as referidas exceções?

Justificam-se em situações de venda de conteúdos e assinaturas de publicações periódicas jornalísticas.

7. Designação, posição e funções do encarregado de proteção de dados

Ao abrigo do disposto nos artigos 37.º a 39.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, o encarregado de proteção de dados está obrigado, em especial, a executar as medidas que forem adequadas e eficazes e ser capaz de comprovar que as atividades de tratamento de dados são efetuadas em conformidade com o Regulamento.

Nos referidos artigos encontram-se reguladas a designação, a posição e as funções do encarregado de proteção de dados.

Assim, sujeita-se a apreciação o seguinte:



ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE IMPRENSA

Considerando a missão e as funções atribuídas pelo Regulamento ao encarregado de proteção de dados, afigura-se adequada, em alguns sectores de atividade, a designação de único encarregado de proteção de dados para o sector?

Dado que o tratamento de dados pessoais para fins jornalísticos, que constitui um interesse público, está excluído, e a atividade comercial das empresas que editem publicações periódicas não efetua um tratamento de larga escala, a designação de um único encarregado de proteção de dados não nos parece recomendável ou necessária.

Lisboa, 29 de setembro de 2017